

A UTILIZAÇÃO DO CUSTO CORRENTE CORRIGIDO COMO FORMA DE APRIMORAR A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES GERENCIAIS PARA TOMADA DE DECISÃO

Joseilma Dantas Ageu¹

Rafaelle Gomes Firmino²

RESUMO

A contabilidade gerencial tem a função de guia de orientação, para que os administradores possam tomar as mais diversas decisões dentro das empresas de forma acertada. Assim, este artigo tem o objetivo de apresentar conceitos importantes sobre mecanismos que visam à melhoria da qualidade das informações dos relatórios gerenciais, os quais servem de embasamento para os tomadores de decisão. Com isso, a problemática do estudo está em torno da base conceitual em que o Custo Corrente Corrigido está apoiada e de que forma a sua utilização contribui para a qualidade das informações contidas nos relatórios gerenciais para tomadas de decisão. Foi utilizado na pesquisa a metodologia de natureza bibliográfica, com característica qualitativa. Como resposta foi possível perceber que uma estratégia muito importante tem sido a utilização da atualização dos valores constantes nos demonstrativos através dos métodos de avaliação de ativos, tais como custo corrente, custo histórico corrigido e corrente corrigido. Contudo, a aplicação da teoria de custo corrente corrigido merece destaque, por mostrar-se como sendo o mais amplo na evidenciação dos reflexos dessas mudanças, já que o mesmo é capaz de unir características do custo histórico e do corrente, ampliando ainda mais o nível de exatidão desses valores.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Custo Corrente Corrigido. Decisões Gerenciais.

ABSTRACT

The management accounting function is to guide orientation, so that administrators can make many different decisions within companies in order right. Thus, this article aims to present important concepts on mechanisms aimed at improving the quality of management information reports, which serve as basis for decision-makers. For this to happen safely and effectively, it is essential that the administrator has access to management information will be closer to reality, since the capital invested in the company is subject to market fluctuations such as inflation / deflation for both has been widely used method of updating the elements of current cost accounts corrected. Thus, the problem of the study is based around the concept

¹ Aluna Especial do Mestrado do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis – UNB/UFPB/UFRN

E-mail: ilma.ageu@bol.com.br

² Mestranda pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis – UNB/UFPB/UFRN

E-mail: rafaelle1011@hotmail.com

that the current Fixed Cost is supported and how its use contributes to the quality of the information contained in management reports for decision making. Thus, it was the methodology used in the research literature of nature, with qualitative characteristic. In response it was possible to realize a very important strategy has been to use the updating of statements by figures in one of the methods of valuation of assets, such as current cost, indexed historical cost and current corrected, among others. However, the application of the theory of fixed current cost should be highlighted, to show himself as the broadest in terms of disclosure of the reflections of these changes, since it is capable of uniting the characteristics of historical cost and current, further extending the level of accuracy of these values.

Keywords: Management Accounting. Current cost Fixed. Management Decisions.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade através das técnicas e métodos próprios busca apresentar a real situação econômico-financeira das entidades, utilizando-se, para isto, de vários demonstrativos, seja eles contábeis ou gerenciais.

A correta elaboração dessas demonstrações facilita a evidenciação dos atos e fatos decorrentes da operacionalização das mesmas. Entretanto, percebemos que existe uma considerável diferença entre demonstrações que atendam as necessidades dos usuários externos (governos, bancos), e aquelas que têm como objetivo atender a demanda interna de gerenciamento da empresa, área essa onde ocorrem especificamente as tomadas de decisões.

Preparar demonstrações focadas para facilitar o gerenciamento da empresa é algo que precisa passar por metodologias diferentes das usadas para a contabilidade societária, visto que, nesse caso, o que se pretende é aproximar ao máximo da realidade os valores constantes nos relatórios. Para que isso ocorra é necessário que de posse dos dados fornecidos pela contabilidade societária, se faça alguns ajustes ou atualizações para que esses relatórios tragam consistência do ponto de vista prático para uma adequada tomada de decisão.

Um mecanismo que pode proporcionar essa aproximação dos valores apurados nas demonstrações societárias com a realidade financeira da empresa no mercado num dado período específico, é a aplicação de um ajustamento dos valores através da conversão para moeda forte e também ajustar aos índices de preços próprios do ramo de atuação ou a outros já existentes tais como: Unidade Monetária Contábil - UMC, Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM ou o Geral de Preços Disponibilidade Interna /IGP-DI, também poderá ser adotada as taxas da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (ANBID), que representam as taxas de juros do mercado, divulgadas pelo sistema financeiro. De acordo com

Schmidt *et all* (2005, p. 43), “Essas taxas são utilizadas para se proceder ao ajuste a valor presente de contas contábeis com valor futuro, caso a taxa de juros real que originou a transação não seja conhecida”.

Partindo-se da premissa de que através da atualização dos demonstrativos pelo método do custo corrente corrigido é possível extrair informações mais completas da posição de alguns elementos da empresa, o presente trabalho pretende abordar a discussão a respeito do seguinte questionamento: qual a base conceitual em que essa modalidade de custo está apoiada e de que forma a utilização dela poderá contribuir para a qualidade das informações contidas nos relatórios gerenciais para tomadas de decisão?

Assim, este artigo tem o objetivo apresentar conceitos importantes sobre mecanismos que visam à melhoria da qualidade das informações dos relatórios gerenciais, os quais servem de embasamento para os tomadores de decisão, mais precisamente o custo corrente corrigido.

A metodologia usada na pesquisa é de natureza bibliográfica de característica qualitativa, reunindo conceitos emanados da Contabilidade Gerencial, da Teoria Contábil, consultas a sites de órgãos normatizadores da prática contábil societária, tais como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tem a responsabilidade de definir as normas e padrões a serem utilizados nas empresas de capital aberto.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo trata da introdução, o capítulo seguinte discute o arcabouço teórico utilizado referente a contabilidade gerencial. Já o terceiro, apresenta uma discussão acerca do papel da contabilidade gerencial no ambiente inflacionário e, por último, o quarto capítulo mostra as considerações finais, sendo na seqüência às referencias bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Contabilidade Gerencial

A contabilidade gerencial é tida como sendo o ramo da contabilidade mais importante para a boa administração e controle nas empresas. Conforme o entendimento de Warren *et all* (2008, p. 22):

É a contabilidade gerencial que serve para relatar as necessidades dos gerentes de atingir metas estratégicas e operacionais. Não é limitada por um conjunto de Princípios Fundamentais de Contabilidade, como ocorre com a contabilidade financeira. Assim, a prática de contabilidade gerencial é diferente para cada tipo de

empresa e essa complexidade adicional de entender a estrutura da contabilidade gerencial é compensada pelo grau de criatividade que pode ser aplicado às necessidades gerenciais de informações.

Entretanto, para que isso ocorra é indispensável que os administradores tenham acesso a informações mais fidedignas da situação financeira da empresa num dado momento, para a adequada tomada de decisão, o que implica na necessidade de elaboração de relatórios que contemplem a verdadeira dissecação dos elementos patrimoniais da entidade naquele momento em análise.

O uso estratégico e racional das informações têm o poder de propiciar aos seus usuários condições adequadas para a análise de situações passadas, presentes e futuras relativas à entidade. Para Hendriksen e Breda (1999, p.95-103) essas informações deverão conter as seguintes características qualitativas:

Compreensibilidade: a informação deve ser compreensível para ser útil;

Relevância: a informação contábil é completa quando ela tem condições de fazer diferença numa decisão, ajudando aos usuários a fazer previsões sobre eventos passados, presentes e futuros, ou confirmar ou corrigir expectativas anteriores;

Confiabilidade: quer dizer que a informação contábil é função de fidelidade de representação, verificabilidade e neutralidade;

Comparabilidade: permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos econômicos, o que depende da uniformidade e da consistência.

Todas essas características são consideradas como os atributos que tornam a informação contábil útil para os usuários, e de acordo com estão contidas na Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, publicadas em 1989 pelo International Accounting Standards Board (IASB), uma entidade que foi criada no ano de 1973, com o objetivo de promover a harmonização internacional da contabilidade. É importante destacar que quando se trata de evidenciação (disclosure) seja ela na modalidade de relatório gerencial ou demonstração contábil as informações deverão atender aos atributos explicitados acima.

2.1.1 Diferenças entre Contabilidade Gerencial e Contabilidade Financeira

A contabilidade é uma Ciência que por sua vez possui uma ampla subdivisão de especialidades, entre elas podemos destacar: Contabilidade de custos, controladoria, auditoria, perícia, contabilidade governamental, contabilidade internacional, contabilidade atuarial,

contabilidade societária ou financeira, contabilidade ambiental, contabilidade gerencial entre outras, todas com objetos de estudo, métodos e técnicas específicas. Entretanto, analisaremos apenas as diferenças entre a contabilidade gerencial e a financeira.

Para entender melhor a diferença entre ambas, vejamos o quadro abaixo elaborado por Ching (2006, p. 06):

Quadro 1.0 Comparativo entre contabilidade financeira e contabilidade gerencial

| | Contabilidade Financeira | Contabilidade Gerencial |
|------------------------|---|--|
| Usuários | Primordialmente o público externo | Pessoas dentro da organização |
| Tipo de Informação | Somente medidas financeiras | Medidas financeiras, operacionais e físicas |
| Foco do Tempo | Avaliação de desempenho voltado ao passado | O que ocorre no momento e orientada para o futuro |
| Natureza da informação | Objetividade dos dados, confiável e auditável | Ênfase na relevância dos dados, subjetiva e flexível |
| Restrição | Regras definidas por princípios contábeis e autoridades governamentais | Sistemas e informações para atender às necessidades dos usuários |
| Escopo | Informações agregadas e resumidas sobre a organização como um todo | Informações desagregadas, relatórios sobre produtos, clientes e em qualquer nível |
| Comportamento | Preocupação com o modo como os números da empresa irão afetar o comportamento externo | Preocupação com o modo como as medidas e os relatórios irão influenciar o comportamento dos gerentes |

Fonte: CHING (2006)

É possível afirmar que a contabilidade financeira está condicionada à prestação de contas para o usuário externo, enquanto que a contabilidade gerencial utiliza-se dos elementos contidos nas demonstrações contábeis para traçar suas metas e estratégias para a empresa, estando desvinculada daquilo que a norma societária impõe à financeira. Tem a contabilidade gerencial plena autonomia para criar novos mecanismos de mensuração de seus resultados, bem como introduzir novas ferramentas para aprimorar a sua performance operacional.

2.2 As Demonstrações Contábeis como Instrumentos de Informação

Buscando atingir padrões internacionais de qualidade quanto à estrutura conceitual e normativa das demonstrações contábeis, a contabilidade brasileira vem passando por profundas

modificações nos últimos anos, especialmente em função da sua adesão ao processo de convergência contábil aos padrões internacionais. Essa nova fase vivida pela contabilidade trouxe a partir da publicação da lei 11.638/2007, a qual modificou e revogou alguns dispositivos da lei 6.404/76, uma série de mudanças para as demonstrações contábeis legalmente exigidas, a exemplo da substituição da exigibilidade da demonstração de origens e aplicação de recursos (DOAR) pela demonstração do fluxo de caixa (DFC) e demonstração do valor adicionado (DVA).

De acordo com Araújo (2009, p. 109):

A atual legislação societária brasileira, através da 11.638/07, exige que sejam elaborados os seguintes demonstrativos contábeis: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do fluxo de caixa³, demonstração do valor adicionado⁴ e estes deverão ser publicados e devidamente acompanhados de notas explicativas.

As informações contidas no conjunto das demonstrações contábeis citadas acima são responsáveis pela apresentação da nova contabilidade no contexto global, onde o elemento principal é a busca constante pela melhor forma de evidenciação da situação econômico-financeira das entidades. Portanto, Tornar as informações contidas nas demonstrações contábeis compreensíveis pelos mais diversos grupos de interesse (stakeholders), é fundamental para que a contabilidade cumpra enfim, seu papel social.

2.3 Relatórios Gerenciais como Ferramenta de Apoio aos Administradores

Os relatórios gerenciais são ferramentas indispensáveis para o administrador no momento de tomar decisões importantes na empresa. Por não necessitar obedecer a um padrão normativo, cada empresa diante de suas especificidades tem a autonomia para construir ferramentas que reflitam melhor a posição das operações na empresa.

Corroborando com o mesmo entendimento, o prof. Ruy Aguiar da Silva Leme, apud Iudícibus (2010, p. 272) afirma que:

É de todos conhecida a similitude entre empresa e um organismo vivo. Neste organismo, podemos distinguir um cérebro...O sistema nervoso, que se incumbe de transmitir o comando do cérebro para os membros e as informações dos sentidos para o cérebro...Dentro deste contexto, a contabilidade deve ser considerada como

³ No caso da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 não está obrigada à sua elaboração e publicação. ARAÚJO (2009, p. 109)

⁴ A Demonstração do Valor Adicionado somente é obrigatória para as companhias abertas. ARAÚJO (2009, p. 109)

um sistema de geração de informações. Sua função é tomar informações existentes em uma forma bruta, tratá-las e classificá-las de forma a fornecer outras informações em uma forma mais apropriada para o administrador, na tomada de decisões.

Os administradores utilizam no seu dia a dia relatórios gerenciais específicos, que foram especialmente elaborados com o intuito de aproximá-los ainda mais, da melhor tomada de decisão e que venham a contribuir para o crescimento da empresa.

Conforme Ching(2006, p. 11):

É muito difícil que uma empresa passe a outro patamar se ela planeja e controla suas operações e negócios, bem como toma decisões com base em informações contábeis gerenciais inadequadas, que não atendem às necessidades dos seus executivos. Por outro lado, uma contabilidade gerencial bem planejada pode suportar o bom desempenho de uma empresa. Isso, no entanto, não garante por si só um bom desempenho, mas seguramente um sistema contábil gerencial deficiente pode prejudicar os esforços dos seus executivos no sentido de torná-la eficiente e competitiva.

Mesmo sabendo que a correção monetária dos balanços no Brasil, acabou em 31 de dezembro de 2005, a atualização dos valores continua importante, entretanto, o elemento que vai definir o grau de consistência da atualização desses balanços é a adequada escolha dos índices internos de preços a serem aplicados juntamente com a atualização das demonstrações para um indexador (moeda forte) a ser usado como base na data de referência.

2.4 Bases de Avaliação do ativos(valores de entrada)

De acordo com Niyama e Silva (2011, p. 126), “o processo de mensuração de um ativo consiste em atribuir um valor monetário a esse recurso econômico”.

Os componentes das contas de ativo de uma entidade poderão ser mensurados através de um dos seguintes métodos de custos de entrada: custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente (valor de mercado, de compra ou reposição) e custo corrente corrigido.

2.4.1 Informações Gerenciais baseadas no Custo Histórico

A definição básica de custo histórico tem como premissa que o mesmo representa uma avaliação estática que não leva em consideração o caráter dinâmico da economia com suas constantes oscilações de preços.

Martins (1972, p.58) denomina-o como: “aquele que representa o valor pelo qual um elemento do ativo foi adquirido, ou construído, sem que nenhuma atenção seja dada à variação da capacidade aquisitiva da moeda entre a data de aquisição e outra qualquer”.

Preconiza Schmidt *et all* (2005, p. 11) que: “O processo de conversão de uma contabilidade avaliada de acordo com o princípio contábil do custo histórico passa, inicialmente, pelo entendimento da teoria da correção monetária”.

Do ponto de vista gerencial, a mensuração da entrada dos ativos através do custo histórico não é indicada para o administrador utilizá-lo como guia no momento de tomada de decisões, visto que esse não representa adequadamente a posição financeira, justamente por não levar em consideração as flutuações dos preços no mercado.

2.4.2 Informações Gerenciais baseadas no Custo Histórico Corrigido

De acordo com o entendimento de Almeida e Haji (1997, p. 07) o custo histórico corrigido considera:

A variação dos preços utilizando um índice representativo da variação do poder aquisitivo médio geral da moeda. Deixa de considerar, no entanto, as demais limitações, além de ignorar que cada segmento econômico pode sofrer uma taxa de perda de poder aquisitivo. Diferente da média geral da economia, sendo necessário o cálculo de uma inflação interna própria.

Esta forma de mensuração tem uma maior riqueza de informações do que o custo histórico, sendo também de fácil utilização, entretanto ainda não é o mais adequado quando se trata de atender às necessidades dos tomadores de decisões gerenciais. É também conhecida como custo a nível geral de preços.

2.4.3 Informações Gerenciais baseadas no Custo Corrente

O custo corrente representa de forma geral o que se gastaria hoje para adquirir ou repor um elemento do ativo.

Ainda de acordo com Almeida e Haji (1997, p. 8):

O custo corrente é aquele que considera, para fins de mensuração, as variações sofridas pelo valor do ativo no mercado, e representa para o gestor uma informação importante, uma vez que se aproxima do valor que poderia ser desembolsado para

que se viesse a adquirir bens iguais ao avaliado.

É importante destacar que a evolução tecnológica é o fator que mais atrapalha a avaliação pelo custo corrente, pois quando a taxa de mudanças tecnológicas é elevada isso dificulta a reprodução dos valores correntes (de mercado) dos elementos, pois ocorre a desvalorização dos mesmos.

2.4.4 Informações Gerenciais baseadas no Custo Corrente Corrigido

O custo corrente corrigido é o resultado da aplicação de um ajustamento do custo corrente por um coeficiente de variação do índice geral de preços o IGD ou outro específico que a empresa tenha criado considerando suas particularidades.

De acordo com Schmidt(2005, p. 66):

O custo corrente corrigido adota os princípios teóricos do custo corrente, mas é considerado o mais apropriado e realista em economias instáveis, pois reconhece as flutuações específicas de preços dos ativos e passivos não monetários e os efeitos da variação do índice geral de preços nos ativos e passivos monetários.

É o mais completo conceito, pois combina as vantagens do custo corrente com a do custo histórico corrigido, é o que afirma Iudícibus (2010, p. 136).

Para facilitar o entendimento do custo corrente corrigido é importante destacar que os elementos do balanço patrimonial são classificados em Ativos Monetários e não Monetários e Passivos Monetários e não Monetários.

Segue a definição dada por Padoveze (2009, p. 106-108), para cada um deles:

Ativos Monetários: são aqueles cujo valor não depende de realização, ou seja, de um evento posterior de venda. Basicamente, a característica dos ativos monetários é de terem seu valor atrelado e prefixado em moeda. Assim uma duplicata a receber deve ser considerada como um ativo monetário, porque seu valor impresso no papel é o valor que será recebido no vencimento. Perde poder de compra.

Ativos não Monetários: são aqueles que não têm seu valor final atrelado à moeda e depende de um evento futuro para se saber seu real valor, ou seja, dependem de realizarmos (vendermos) tal ativo. Assim, no caso de um terreno, temos a idéia de quanto vale e de quanto ele se valoriza. Porém, o valor final depende do evento da venda. Enquanto não é vendido, só tenho uma avaliação de seu preço final, não existe prefixação do valor do terreno, isso em caráter generalizante.

Passivos Monetários: nesse caso os efeitos da inflação são sentidos de maneira inversa que pelos ativos monetários, ou seja, diante da inflação os passivos ganham poder aquisitivo. Exemplos fornecedores e financiamentos.

Passivos não Monetários: identicamente aos ativos não monetários, não perdem

poder aquisitivo diante da inflação. Exemplo, adiantamentos de clientes.

De forma simplificada é possível concluir que os ativos monetários são representados por aqueles elementos que sofrem o impacto da inflação, reduzindo seu poder de compra. Já os ativos não monetários não sofrem nenhum efeito maléfico da inflação, mantendo seu poder de aquisição e podendo ainda, aumentar seu valor de mercado.

Ao compararmos o custo corrente com o custo corrente corrigido verifica-se o surgimento do ganho ou perda, que é o momento em que se considera o efeito inflacionário sobre as dívidas da empresa para o período analisado.

3 DISCUSSÃO

3.1 O papel da contabilidade gerencial no ambiente inflacionário

Em um ambiente inflacionário, em que há um aumento generalizado nos preços dos produtos, e como consequência, uma perda do poder aquisitivo da moeda, a contabilidade precisa estar atenta, tendo em vista a responsabilidade que assume pela produção das informações úteis prestadas aos seus usuários.

Assim, de acordo com Niyama e Silva (2011, p.231):

A contabilidade utiliza a moeda como unidade básica de mensuração. Entretanto, ao contrário das medidas existentes em certas áreas do conhecimento humano, a moeda não é constante no tempo. Pois, os valores monetários apresentados numa informação contábil em momentos diferentes representam valores diferentes. Isto ocorre pela alteração nos preços dos produtos. Quando esta alteração significa um aumento nos preços, que é a situação mais comum, temos a inflação. Quando a mudança ocorre no sentido de redução no preço, tem-se uma deflação.

Desta forma, a contabilidade enfrenta dificuldades em transmitir aos seus usuários informações úteis e fidedignas sobre a concreta posição econômica da entidade, já que em um ambiente inflacionário, as informações podem não retratar a situação verdadeira da entidade. Por este motivo, é importante que os estudiosos e profissionais da contabilidade dediquem atenção a esta área de estudo, tendo em vista o forte impacto e viés de informações que a inflação poderá causar nas tomadas de decisões gerenciais das entidades.

3.2 Critérios de Correção Monetária estabelecidos na IAS 29 (International Accounting

Standards)

A Norma Contábil Internacional 29 (IAS 29- International Accounting Standards) que trata dos critérios de elaboração para as Demonstrações Financeiras em Economias Hiperinflacionárias, é aplicada para as companhias que estejam localizadas em ambientes econômicos de alta inflação.

De acordo com Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p.410), Os critérios estabelecidos através da IAS 29 para a correção monetária das demonstrações contábeis são os seguintes:

As demonstrações contábeis comparativas apresentadas de acordo com a IAS 1 – apresentação das demonstrações contábeis também devem estar corrigidas monetariamente, garantindo a consistência e comparabilidade da informação;
Os ativos e passivos não monetários e o patrimônio líquido do balanço patrimonial são os que necessariamente precisam ser corrigidos por um índice geral de preços;
As receitas e despesas da demonstração do resultado devem ser corrigidas monetariamente por um índice geral de preços, a partir da data em que foram registradas. Os ganhos e perdas monetárias (variação monetária líquida) devem ser apresentados separadamente na demonstração de resultado.

É importante frisar que a legislação brasileira através da Lei nº 9.249/95 revogou em seu artigo quarto, a correção monetária das demonstrações financeiras. Entretanto, o Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução nº 1.282/2010 que mesmo tendo revogado a atualização monetária como um dos seus princípios, considerou, dentro do Princípio do Registro pelo Valor Original, os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional, fato esse que prova a necessidade de se proceder ainda à atualização dos valores constantes das demonstrações, mesmo que seja apenas para fins gerenciais, e para isso utiliza-se dos vários métodos de atualização de custos para correção dos seus balanços.

3.3 A utilização das informações geradas pela aplicação do custo corrente corrigido como forma de colaborar com a adequada tomada de decisão

A adequada interpretação das informações geradas a partir da atualização dos balanços pelo método do custo corrente corrigido, aproxima o tomador de decisão da realidade financeira da empresa.

Quando se trata da necessidade da informação, Padoveze (2009, p. 48) acrescenta que:

A informação deve ser tratada como qualquer outro produto que esteja disponível para consumo. Ela deve ser desejada, para ser necessária. Para ser necessária, deve ser útil. Cabe a nós, contadores gerenciais, construir essa mercadoria com qualidade e custos competitivos, já que temos plena consciência de sua utilidade e, portanto, de sua extrema necessidade para o gerenciamento dos negócios.

Assim, a ação do administrador mediante o entendimento dos conceitos que representam os resultados apurados nas principais contas tais como: estoques, fornecedores, duplicatas a receber, despesas financeiras com empréstimos, receitas de aplicações financeiras, impostos, despesas administrativas, imobilizado, atualizados por esse método induzirá o administrador a decisões acertadas, visto que o custo corrente corrigido reflete um resultado concreto, diferentemente do que se pode analisar do ponto de vista gerencial para os resultados apontados pelo custo histórico e custo histórico corrigido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se através deste estudo, que a discussão a respeito dos conceitos em que se baseia a modalidade do Custo Corrente Corrigido é o mais consistente do ponto de vista técnico para apresentação de informações ao setor gerencial, visto que sua amplitude de atualização contribui significativamente para que os gestores possam comparar as informações extraídas das demonstrações com o resultado obtido pós-atualização dos valores, onde constarão os reflexos da oscilação do mercado. Confirmando-se com isso, que através dos demonstrativos contábeis corrigidos as informações da entidade tornam-se mais completas para fins gerenciais.

Utilizou-se na elaboração do artigo fontes de natureza bibliográfica, com característica qualitativa, reunindo conceitos emanados da Contabilidade Gerencial e da Teoria Contábil, também foram feitas consultas a sites de órgãos normatizadores da prática contábil.

Basicamente a base conceitual de aplicação do custo corrente corrigido é utilizar-se de contas já convertidas para moeda de poder aquisitivo constante(moeda forte), geralmente a taxa do dólar americano é o mais utilizado, reconhecendo as oscilações de preços dos ativos e passivos não monetários, assim como procedendo-se também em seguida ao ajuste dos itens monetários conforme os efeitos da variação do índice geral de preço a ser usado.

Foi possível observar que contabilidade gerencial sendo responsável pela execução das tarefas mais importantes dentro de uma empresa, a tomada de decisão, depende de qualidade da

informação que recebe através dos relatórios, para que seus atos ocorram de forma segura e promissora. É imprescindível que esses administradores estejam respaldados em informações contidas em relatórios contábeis confiáveis. Relatórios com informações irreais e fora do tempo hábil não traduzirão a função designada para a contabilidade gerencial, que é a de promover a alavancagem operacional e financeira das entidades.

Identificou-se que o custo corrente corrigido tem condições de retratar a posição exata das contas mais representativas da empresa, ao passo que traduz o resultado operacional das atividades da mesma, baseados nos critérios definidos pelo arcabouço contábil para o âmbito gerencial. Desta forma, constatou-se que a aplicação da metodologia de custo corrente corrigido merece destaque como forma de avaliação de ativos, por mostrar-se mais adequado no tocante à evidenciação dos valores mais fidedignos para o correto gerenciamento das informações, que serão adotadas pelo tomador de decisão para o controle e a avaliação de desempenho das empresas, bem como também, como forma de incentivar a ação mais efetiva dos diversos setores envolvidos nos processos administrativos das tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Goreth Miranda; HAJI, Zaina Said El. **Mensuração e Avaliação do Ativo: uma Revisão Conceitual e uma Abordagem do Goodwill e do Ativo Intelectual**. Caderno de Estudos, São Paulo, FIPECAFI, v.9, nº16, p.66-83, julho/dezembro, 1997. Disponível em: [http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/cad16/Mensuracao_Avaliacao_Ativo\(1\).pdf](http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/cad16/Mensuracao_Avaliacao_Ativo(1).pdf).> Acesso em 21 de julho de 2011 às 03:34hs.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. **Introdução a Contabilidade: atualizada em conformidade com a Lei nº 11.638/2007**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. **Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/secsdefa/principa.shtm>. Acesso em 25 de julho de 2011.

CHING, Hong Yuh. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

FIPECAFI; Ernst & Young. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; FIPECAFI. **MANUAL DE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. 1972. 109 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 1972.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: Um enfoque em sistema de informação Contábil**. 6ª.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. **Manual de Contabilidade Internacional: IFRS- US Gaap – BR Gaap: Teoria e Prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Manual de Conversão de Demonstrações Financeiras**. 1ª ed., São Paulo: Atlas, 2005.

WARREN, Carl S.; REEVE, James M.; FESS, Philip E. **Contabilidade Gerencial**. Tradução técnica André Olímpio Mosseilman Du Chenoy Castro. 2ª. Ed. São Paulo: Thomson Learning, 2008.